

Não foi uma reivindicação real dos trabalhadores da Textáfrica

Nesta (longa) entrevista que mantivemos com o Eng^o Sousa Pinto pudemos reparar que a cada passo da conversa o cenário reflectia um certo bem-estar social dos trabalhadores da Textáfrica do Chimolo. Entretanto, aquela unidade fabril, como se sabe, conheceu uma greve violenta em Janeiro último. Quais foram os motivos? Eis a questão que colocámos ao nosso interlocutor: Aquela greve não foi uma reivindicação real dos trabalhadores da Textáfrica, mas sim uma consequência de um surto de greves que grassou por Moçambique. Foi uma greve que a própria estrutura sindical estava contra ela, pois não havia razões de desencadeá-la.

O Eng^o Sousa Pinto explicou-nos seguidamente que em virtude da recuperação económica que a empresa teve até 1990 e apesar de continuar com certas dúvidas, o Conselho de Administração decidiu dar uma gratificação aos trabalhadores na ordem de cinquenta por cento do seu salário como forma de eles também poderem sentir o êxito do projecto. Entretanto, nessa altura falava-se muito em quase todo o país na luta pelo décimo terceiro mês, o que mais tarde só veio a ser concedido às empresas do Estado. — Para as empresas privadas era facultativo e só poderia ser pago segundo o decreto-lei de 1987, isto é, se as empresas não tivessem dívidas nem com a Banca e nem com as Finanças. E quantas empresas estariam nessas condições? E a Textáfrica que ainda estava numa fase de recuperação económica? Nem se devia falar em décimo terceiro mês! — Atalhou o Administrador da Textáfrica, que, seguidamente, explicou que alguns trabalhadores quando foram pagos a gratificação julgaram ter sido metade do décimo terceiro mês, e o Conselho de Administração emitiu um comunicado explicativo. Entretanto — continua o Eng^o Sousa Pinto — durante o mês de Janeiro surge uma notícia no Jornal com o título "Estado Determina o Pagamento do 13^o Mês" sem dizer "aos funcionários do Estado", o que vinha já em letras pequeninas. Só que a maior parte dos nossos trabalhadores são analfabetos, e entenderam que o Estado mandou pagar o 13^o mês e começaram a circular dezenas e dezenas de fotocópias da notícia pela fábrica. — Aí foi convocada uma reunião na qual os principais responsáveis nem sequer foram deixados falar. Para que a reunião acabasse sem confusão foi marcado um outro encontro daí a oito dias durante os quais o Conselho de Administração iria estudar a situação. Assim, não porque sentíssemos a pressão de pagar o 13^o mês, procuramos arranjar uma segunda gratificação por uma razão humanitária e atendendo a situação difícil que a população da província atravessava devido a seca e outras calamidades naturais. Essa segunda gratificação foi também de cinquenta por cento. Porque as ideias vinham de fora depois dessa segunda gratificação os trabalhadores já não queriam mais a reunião, contudo, realizámos um outro encontro já com protecção. Foi então que um trabalhador disse que eles estavam satisfeitos com as gratificações mas queriam o 13^o mês a que tinham direito, pois estava escrito no jornal que o Estado enviou! Eles pensavam que o Estado tinha enviado dinheiro para a Textáfrica! — afirmou algo comovido o Eng^o Sousa Pinto, que acrescentou que depois disso acabou-se com a reunião. Fora das instalações da fábrica estavam ex-trabalhadores expulsos por roubos e outros processos disciplinares que agitaram a confusão. — Aí a protecção não foi eficaz. A polícia foi desarmada, mataram dois cães-polícias e o meu colega Rafael, o Administrador pela parte moçambicana foi ferido. Contudo, daí a fábrica foi reaberta uma semana mais tarde — diz o nosso entrevistado que conclui nos seguintes termos: com boas condições sociais, com os salários sempre em dia e com uma gratificação que eles não recebiam já há mais de dez anos era lamentável semelhante atitude, e muitos deles foram enganados.